



ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ  
GABINETE DO VEREADOR TONINHO PICANÇO

PROJETO DE LEI Nº 030/2025

Dispõe sobre a construção de moradias funcionais para professores nas escolas da zona rural da rede pública municipal de ensino, e dá outras providências.

Art. 1º – É obrigatória a construção de moradia funcional, destinada ao alojamento de professores, em toda nova escola localizada na zona rural que vier a ser implantada no âmbito do Município. Para efeitos desta Lei, considera-se moradia funcional a unidade habitacional de propriedade pública destinada a servir de residência ao profissional do magistério em efetivo exercício na escola rural.

Art. 2º – Nos projetos de reforma ou ampliação de escolas rurais existentes na rede pública municipal, deverá ser incluída a edificação de moradia funcional para professor, caso a unidade de ensino ainda não disponha dessa estrutura.

Art. 3º – O Poder Executivo elaborará, no prazo de até 90 (cento e oitenta) dias a contar da vigência desta Lei, um plano municipal para levantamento das escolas rurais desprovidas de moradias funcionais e para a construção progressiva dessas habitações.

§ 1º – O plano municipal referido no caput deverá conter o diagnóstico das escolas da zona rural que não possuem moradia funcional e estabelecer um cronograma de implantação gradativa, definindo metas, prioridades e prazos para dotar cada escola com pelo menos uma residência de professor. As prioridades de execução deverão levar em conta critérios de necessidade, como a distância das sedes urbanas, dificuldades de acesso e a ausência de opções de moradia na comunidade local.

§ 2º – O plano deverá ser compatibilizado com as leis orçamentárias do Município (PPA, LDO e LOA), prevendo os recursos necessários para a execução das construções de que trata esta Lei.



**ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ  
GABINETE DO VEREADOR TONINHO PICANÇO**

§ 3º – Para a efetivação do disposto neste artigo, o Município poderá firmar parcerias ou convênios com os Governos Estadual e Federal, bem como buscar cooperação junto à iniciativa privada ou organizações não governamentais, com vistas a obter apoio técnico e financeiro ao projeto de construção das moradias funcionais.

Art. 4º – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, definindo os padrões construtivos e de habitabilidade das moradias funcionais de professores (tais como número de cômodos, instalações sanitárias e abastecimento de água e energia), bem como os critérios de uso e gestão desses imóveis, garantindo-se que sejam utilizados exclusivamente pelos profissionais em exercício na respectiva escola.

Art. 5º – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município, suplementadas se necessário.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, da Câmara Municipal de Oriximiná, 23 de abril de 2025.

**Antonio Picanço Cardoso Júnior**

Vereador - Solidariedade





### Justificativa

A proposta visa enfrentar um dos principais desafios da educação no campo: a falta de moradias adequadas para professores. Atualmente, muitos docentes enfrentam longos deslocamentos ou vivem de forma improvisada nas comunidades, o que compromete sua permanência e a qualidade do ensino. A proposta busca enfrentar um dos desafios mais históricos e estruturais da educação no campo brasileiro: a carência de moradias dignas e funcionais para os professores que atuam nas zonas rurais. Atualmente, muitos docentes são obrigados a enfrentar longas distâncias diariamente para chegar às escolas ou, quando isso não é possível, acabam se instalando de forma improvisada nas próprias comunidades onde trabalham, muitas vezes em condições inadequadas de conforto, segurança e privacidade.

A ausência de infraestrutura básica, como a moradia, compromete a missão educacional e perpetua as desigualdades históricas entre o meio urbano e o rural. Assim, a disponibilização de residências funcionais para professores não é apenas uma política de apoio logístico, mas uma ação estratégica de valorização do magistério e de fortalecimento do direito à educação com equidade territorial. Garantir moradia funcional nas escolas rurais é medida de valorização profissional e fator decisivo para a fixação dos docentes nas comunidades. Isso reduz a rotatividade, fortalece os vínculos com os alunos e melhora o desempenho escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece, em seu artigo 28, que na oferta da educação básica no meio rural devem ser consideradas as peculiaridades dessa modalidade, com atenção às condições de vida e trabalho dos professores. A legislação determina que o calendário escolar deve ser adaptado à realidade local e que o funcionamento das escolas deve respeitar as necessidades específicas das comunidades rurais, inclusive quanto à infraestrutura. Nesse sentido, garantir moradia funcional para os docentes insere-se como parte das condições adequadas de trabalho, contribuindo para a efetividade do direito à educação com equidade entre áreas urbanas e rurais, como previsto pela própria LDB. Trata-se de um investimento estratégico, com impacto positivo direto na qualidade da educação oferecida às populações rurais.

Sala das Sessões, da Câmara Municipal de Oriximiná, 23 de abril de 2025.

**Antonio Picanço Cardoso Júnior**

Vereador - Solidariedade